

## **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE HUMANA: NOTAS PARA UM DEBATE<sup>1</sup>**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas.

Débora Accioly Dionisio<sup>2</sup>  
Ellen Cristine dos Santos Ribeiro  
Maria Aline da Silva

### **RESUMO**

O presente estudo aborda o trabalho como atividade peculiar humana de interação e transformação da natureza. Buscamos expor os fundamentos teóricos que analisam o papel da atividade vital na construção da sociabilidade humana, retomando os nexos que operam no processo das complexidades geradas neste constante movimento de formação do gênero humano. O homem, em sua mediação com a natureza, a transforma e nesse processo de transformação, além de modifica-la, é modificado e construído por esse intermédio. Com o trabalho, surgem outros complexos, ambos – numa estreita relação de dependência ontológica a este e relativa autonomia – atuando na reprodução humana. A educação, um desses complexos supracitados, teria, a nosso ver, dois caracteres possíveis: desenvolver as potencialidades dos indivíduos, sendo a mediadora para a apreensão de toda a humanidade (cultura, história) produzida pelo homem para o próprio homem ou atuar como aparelho reprodutivo da ordem burguesa. O Capital, se apropriando de tudo que é possível para sua reprodução, tem na educação um forte pilar de dominação e alienação num processo de negação do acesso a essa humanidade produzida para a classe trabalhadora, a quem resta apenas doses ‘homeopáticas’ de conhecimento utilitário para qualificação de mão-de-obra. Por fim, destacamos nossa postura metodológica através do referencial onto-marxista, a fim de examinar, com a devida nitidez, as relações entre trabalho e educação.

**Palavras-chave:** Trabalho. Ontologia. Educação.

### **ABSTRACT**

The following study addresses the work as a peculiar human activity of interaction and transformation of nature. We seek to expose the theoretical foundations that analyze the role of vital activity in the construction of human sociability, returning the nexus operating in the process of complexities created by this constant movement training of human race. The mankind, in their mediation with nature, changes it and this process of transformation, besides modifies it, is modified and built by its relation. With labor, emerge other complexes, both - a close relation of ontological dependence to it and its

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado à disciplina Marxismo, Educação e Ontologia: O trabalho, ministrada pelos professores Frederico Costa e Solange.

<sup>2</sup> Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO)

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará

relative autonomy - acting on human reproduction. Education, one of those aforementioned complexes, would have, in our point of view, two possible characters: developing the individuals' potential, being the mediator for the seizure of all humanity (history, culture) produced by man to man himself or act as unit reproduction of bourgeois order. The Capital, appropriates of all that is possible for its reproduction, finds in education a strong pillar of domination and alienation in a process of denying access to that humanity knowledge produced for the working class, who is left only this 'homeopathic' doses of utility knowledge for qualifying hand labor. Finally, we highlight our methodological approach through referential onto-marxist, in order to consider with proper clarity, the relationship between work and education.

**Keywords:** Work. Ontology. Education.

## Introdução

*Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.*

*Karl Marx*

Partimos do pressuposto marxiano que admite a concepção de trabalho (mediação homem/natureza) como categoria fundante da sociabilidade humana, fazendo-se indissociável à compreensão da educação como um complexo necessário à continuidade do processo de reprodução social. Com esse pressuposto em tela, parece-nos uma questão fundamental recuperar as características da educação através das diferentes épocas, demonstrando que, desde os tempos mais remotos, a educação - sistemática - foi negada à classe trabalhadora ou, ainda mais grave, foi oferecida a partir dos ditames da superficialidade e da conveniência das classes dominantes.

A educação, entendida como um complexo social que tem no trabalho sua categoria fundante, foi essencial para a reprodução do gênero humano, uma vez que possibilitou ao homem à *apropriação dos elementos sociais que compõem a essência humano-genérica, exigidos [...] em cada momento concreto do desenvolvimento humano* (LIMA e JIMENEZ, 2011, p. 10). Além disso, teve papel fundamental no processo de humanização do homem, isto é, na passagem do homem meramente biológico para ser social. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento desse homem e de suas relações sociais, ela vem sofrendo transmutações que modificaram radicalmente a sua função inicial, revestindo-a com novas roupagens. Assim, historicamente, passa a ser um reflexo

das transformações que ocorrem no cerne da estrutura societária e, conseqüentemente, das relações sociais construídas no seu interior. Diante dessas transformações, vem se constituindo também como um instrumento que cada vez mais está atrelada ao modelo de desenvolvimento da sociedade, servindo, mesmo que com autonomia relativa, como mola propulsora desse desenvolvimento.

Em linhas gerais, podemos adiantar que a educação, entendida como um complexo social fundado pelo trabalho, ao longo da história foi se desdobrando em formas diferentes, respondendo, dessa forma, às exigências da sociedade e de suas relações. Assim, em determinado momento da história, mais precisamente no momento em que o homem necessita dar continuidade a substância do gênero humano no processo de reprodução social, é possível encontrá-la somente em sentido *lato*, enquanto que em outras formações sociais além dessa educação em sentido geral, também seja encontrada práticas educacionais em sentido *estrito*. Para que possamos compreender melhor esses desdobramentos, é necessário que conheçamos as especificidades de cada uma, mesmo que em grandes linhas.

### **O trabalho funda o ser social**

A relação do homem com a natureza, desde os primórdios, é baseada em necessidade. O homem, que precisa sobreviver, tira da natureza seu sustento. Essa busca por sobrevivência se materializa a partir do trabalho. É a partir do e pelo trabalho que o homem tem um “salto ontológico”, isto é, quando passa da esfera inorgânica para a biológica, ou orgânica, e desta para a social de fato, quando passa a reproduzir a sua própria existência a partir de leis não mais meramente naturais. O ser humano não deixa de ser natural, apenas passa a complexificar o seu status social, passando a se constituir um ser social, deixando de ser pertencente **apenas** à espécie humana, para pertencer ao gênero humano. TONET (2006, p.20), ao traduzir Lukács (1981), afiança que

Todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea

continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma do ser.

O trabalho, para Marx (1985, p. 149), “é um processo entre o homem e a Natureza, em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo.”, isto é, é a partir deste processo de apropriação da natureza que o homem cria e é criado, pois, ainda segundo MARX (Idem, op. cit.) “ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”, num processo, então, dialogicamente evolutivo o homem passa a ser modificado ontologicamente, o que significa dizer que é por meio desta mediação (homem – natureza), que a evolução acontece.

E o que significa dizer que o homem, modificado pelo trabalho, modifica a sua própria natureza? Significa que o homem não retira da natureza somente o necessário para a sua sobrevivência. A partir de cada ato de trabalho, o homem retém saberes, aprende domínios, se apropria de novas técnicas e, conseqüentemente, evoluções de cunho material, espiritual e social. O ato de trabalho, assim, não seria uma prática exclusivamente material, objetiva, possui também sua carga subjetiva indispensável para a evolução da humanidade na construção de saberes, ciências e sobrevivências. Sobre isso, Lessa (2005, p. 06) afirma que “por meio do trabalho, os homens não constroem materialmente a sociedade, como também lançam as bases para que se construam como indivíduos”. É na construção subjetiva que se encontra a base para essa construção do indivíduo social. E é por essa construção ontológica, que o trabalho é a categoria fundante deste ser social, já que é só a partir dela que o homem atinge o status de Humano, já que

a partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais.(IDEM,Ibid.)

Se o ato de trabalho é considerado uma prática a partir da qual se retira da natureza o essencial para transformar uma questão de sobrevivência em uma evolução, o que diferenciaria o homem de alguns animais que se apropriam desta capacidade

também? Tais como o João-de-barro (o qual constrói seu lar) e a abelha, por exemplo, que constrói colmeias exuberantes (isso para não citarmos as formigas)?

Marx (1985) responde nossos questionamentos ao afirmar que o que irá diferenciar o processo de trabalho, aqui exclusivamente humano, de qualquer outra atividade desenvolvida (a exemplo dos feitos por animais) é justamente a categoria da **teleologia**, isto é: "No fim do processo do trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e por tanto **idealmente**" (grifos nossos, p. 150). É restrita ao homem essa habilidade de idealizar, numa primeira instância, o produto de seu trabalho, por isso essa categoria é primordial no processo evolutivo da gênese humana, já que para esse processo, não importa só a parte física da atividade, antes "é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho". (Idem. Ibid)

Assim, ainda para Marx (1985, p. 149, grifos nossos)

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence **exclusivamente** ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.

Apoiado em Marx, Braz e Netto (2009) também apresentam três razões para a essência exclusiva do trabalho, isto é, a humanidade inerente ao processo de trabalho. Para os autores, o trabalho exige "*instrumentos* que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais se interpondo entre aqueles que o executam e a matéria", por isso, o trabalho não compreende uma ação imediata (impensada) sobre a matéria natural. Em segundo lugar, "*o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas*", exigindo, cada vez mais aliado à evolução que causa, em habilidades e saberes que orientem a prática, isto sem falar na socialização desses saberes para o restante da humanidade a partir de aprendizados. Em terceiro, "*o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades*", isto é, o suprimento de necessidades, na complexidade social humana, gera infinitas novas necessidades e o homem, munido de saberes, técnicas e aprendizados, passa a suprir todas as novas necessidades que surgem.

Assim, o trabalho será sempre uma atividade mediada entre um sujeito (o homem) e o seu objeto (a natureza) e entre esse processo existem os instrumentos, isto é, ferramentas que não são “dadas” pela natureza e sim construídas pelos homens com uma finalidade específica: apropriar-se da natureza e dela retirar o necessário para a sobrevivência e a evolução da espécie. É exclusiva do homem a capacidade (histórica e socialmente desenvolvida) de criar os meios propícios para o desenvolvimento de sua sobrevivência, isto é, é a partir do trabalho, segundo Braz e Netto (2009, p. 34) “que a humanidade se constituiu como tal”.

O trabalho é a categoria **fundante** do ser social e Lessa (2002, p. 38), dirá que ser fundante “não significa ser cronologicamente anterior, mas sim, ser portador das determinações essenciais do ser social, das determinações ontológicas que consubstanciam o salto da humanidade para fora da natureza”.

Se o trabalho é a categoria fundante do ser social, logo, será a partir dela que as relações sociais se constituirão. Se observarmos, segundo a discussão de Marx, trazida a posteriori por Lessa, Braz e Netto, concernentes a ele, e outros autores importantes no viés marxista, todas as formas de sociabilidade do homem serão a partir da relação de trabalho que se apresenta naquele meio, já que, segundo Braz e Netto (2009, p. 29) “na base da atividade econômica está o *trabalho* – é ele que torna possível o a produção de qualquer bem, criando os valores que constituem a riqueza social.”, o que é também afirmado por Lessa (2007, p. 132)

Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção. Toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem a natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos, (...) bem como os meios de empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza.

### **A relação entre o trabalho e as outras categorias fundantes do ser social**

É neste sentido que o trabalho se configura como a categoria fundante, ontologicamente, do ser social. É nela e a partir dela que o homem se encontra e se

percebe enquanto pertencente a uma lógica reprodutora e evolutiva – a gênese humana. Dizemos que o trabalho é a categoria fundante, pois é a partir dele que tudo se desenvolve, somente esta categoria, segundo Tonet (2009) é responsável pela produção de riquezas necessárias à sobrevivência do homem. Porém, é sabido por todos, que o trabalho não garante a sobrevivência e perpetuação da espécie sem o seu vínculo dependente, porém autônomo, dos outros complexos fundantes, tais como a comunicação, a sociabilidade e a educação.

Sobre essa relação, Lessa (1996) assevera:

Os atos de trabalho, contudo, apenas podem vir a ser e se desenvolver tendo por mediação dois complexos sociais fundamentais. Por um lado, apenas podem ocorrer no interior de relações sociais; por outro lado, nem as relações sociais, nem sequer a prévia ideação portadora da finalidade, poderiam vir a ser sem a linguagem.

Lessa, além de comprovar a total dependência dos complexos na evolução do homem, atesta que todas essas categorias estão, diretamente, ligadas umas às outras nesse processo (na relação de dependência e autonomia). O trabalho permite o “salto ontológico” do homem, a linguagem permite que as apreensões a partir deste ato, sejam socializadas, isto é, que estas relações posteriores culminem na sociabilidade humana. Aqui, acrescentaremos como indispensável a este processo, a categoria da educação, já que, segundo Tonet (2009, p. 04) “esta é um momento do ser social em seu conjunto”, tal cooperação entre complexos pode ser entendida a partir da totalidade, isto é, a partir dela que “a realidade se configura em conjunto de partes, articuladas, em processo permanente de constituição, em determinação recíproca, e que, além disso, tem o trabalho como sua matriz fundante” (Idem, p. 8).

Lukács (1981, p. 145) dirá que

[...]todas as outras categorias desta forma de ser [social] tem, essencialmente, já um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações deles, ainda que sejam muitas primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário.

Para Gomes (2010, p. 76), “categorias como linguagem, cultura, consumo, poesia, crenças, mitos, etc, só podem existir no interior da esfera social. São, portanto, categorias históricas fundadas que, *a posteriori*, consubstanciam a sociabilidade humana”. Isto é, corrobora com o que Marx (1985) afirma com a transformação do homem a partir da transformação da natureza, fruto de um processo consciente deste homem já transformado.

Lessa (2007, p. 133) afirma que

Enquanto, na natureza, a mera reprodução biológica determina o desenvolvimento dos seres vivos, a reprodução das sociedades é um processo que inclui condições que sequer existem na natureza como lutas de classes, ideologia, trabalhos, etc. isto significa que se trata de esferas de ser ontologicamente diferentes e não apenas de diferenças de graus no interior da natureza.

O que Lessa (*idem*) afirma é que a reprodução da humanidade não é um processo meramente biológico ou natural, pelo contrário, é um processo ontológico, isto é, acontece no e a partir do ser social e de suas relações naturais e sociais. Para Braz e Netto (2009, p. 38) “a historia aparece como a historia do desenvolvimento do ser social, como processo de **humanização**, (...) o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social”. E este processo de humanização se refere à *naturalidade* do homem que, ainda de acordo com os autores, diminui a medida em que a parte social do homem, muito embora essa base natural não seja rompida, visto que sem natureza não há vida, “quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna social, tanto menos o ser natural é determinante em sua vida” (*Idem*). Assim, o processo de sociabilidade humana, pautada na produção de riquezas necessárias e nas relações sociais da humanidade, tende a suprimir – o máximo possível – a relação natural e o acontecimento natural das coisas, já que o homem assume o papel de “sujeito de sua própria historia”. Como também afirma Lessa (2007, p.133),

diferenciando a natureza da sociedade, há uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião, etc) que consubstanciam esta ultima como um outro tipo de ser, que não só é extremamente mais complexos do que o ser natural mas que, sobretudo, não pode ser derivado da natureza.

Assim, não podemos esquecer a relação dependência-autonomia das categorias fundadas a partir da categoria fundante: qual seja, o trabalho.

### **O complexo educacional: delineamentos históricos e fundamentos ontológicos da relação trabalho e educação**

Através da discussão das relações entre trabalho e educação, resguardamos a necessidade da transmissão do conhecimento historicamente acumulado articulada à possibilidade de desenvolvimento integral do ser humano. Assim, empreendemos um breve excuro histórico no intuito de recuperar as origens do processo de reprodução social desde o comunismo primitivo até o modo de produção vigente, explicitando a permanência do domínio e manutenção da sociedade classista.

Compreendemos, por intermédio do trabalho, que o surgimento da educação acompanhou o surgimento do próprio homem. Recuperando o percurso feito por Saviani (1994, p. 151), a partir de sua afirmativa de que “o problema das relações entre educação e trabalho tem sido abordado de diferentes maneiras”, e partindo de uma premissa lukacsiana, segundo a qual a relação estabelecida é de dependência ontológica e autonomia relativa, ressaltamos que o complexo educacional resguarda a necessidade universal do ser social ao longo dos tempos. Segundo nos afirma Saviani(2012, p. 13), a prevalência do trabalho demanda articular ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos a fim de “[...] produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

No comunismo primitivo não havia divisão de classes, tampouco acúmulo. A própria precariedade do desenvolvimento dos instrumentos de trabalho através datécnica impedia a acumulação de bens ou algo além do necessário. O estágio de progresso dessas comunidades era baixo em vista do pouco domínio que exerciam sobre a natureza estando, bem dizer, praticamente subjugadas a ela. Na medida em que evoluía, pouco a pouco, o processo de intercâmbio dohomem com a natureza, eles aprimoravam as relações entre si, também se educavam. As crianças, inseridas no mundo dos adultos, observavam e apreendiam naturalmente as normas, crenças e práticas de seu grupo social.

Ponce (1989) assinala que, a partir dessa concepção, a única possível, derivava o ideário pedagógico orientador dessas sociedades rudimentares, onde todos os membros ocupavam a mesma posição na produção, sem hierarquia social<sup>3</sup>. Este ideal continha em si o que chamou de “*dever ser*”, ou seja, o cerne do fato educativo, conforme argumenta:

Com o idioma que aprendiam a falar, recebiam certa maneira de associar ou de idear; com as coisas que viam e com as vozes que escutavam, as crianças se impregnavam das idéias e dos sentimentos elaborados pelas gerações anteriores e submergiam de maneira irresistível numa ordem social que as influenciava e as moldava. [...] (PONCE, 1989, p. 21).

A educação em sentido *lato* é um complexo universal, que está presente em todas as formas de organização social. Desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento do ser social, ela permite ao homem, como indivíduo singular, se apropriar das características comuns ao seu gênero, possibilitando a sua continuidade enquanto ser genérico e enquanto ser social. Como nos mostra Lima e Jimenez (2011, p. 11) é através da educação que *cada indivíduo singular se apropria das objetivações que constituem os traços da sociabilidade, as características humano-genéricas produzidas pelos próprios homens.*

O conceito de educação baseado numa estrutura social homogênea, identificado com os interesses coletivos, perdurou até, paulatinamente, se consolidar a sociedade de classes. Ponce situa o aparecimento das classes sociais a partir de dois acontecimentos bem marcados: “o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada” (PONCE, 1989, p. 22).

Quando o homem “se fixa na terra, que então era considerada o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes”, confirma Saviani (1994, p. 152). Assim, o surgimento da propriedade privada – muito anterior ao capitalismo, apesar de lhe servir como

---

3 À exceção dos xamãs, sacerdotes, magos curandeiros e outros líderes espirituais com funções e poderes ritualísticos nas sociedades primitivas. Por serem considerados intermediários transcendentais entre o mundo espiritual, a natureza e a comunidade, eram dotados de privilégios reconhecidos por todos os membros da tribo.

fundamento – transforma o comunismo primitivo em uma sociedade dividida entre os possuidores de terra e os não-possuidores.

Enquanto que, no comunismo primitivo a educação caminhava **juntamente** com o processo de trabalho propriamente dito, a partir da instauração da sociedade de classes ocorre uma cisão na educação: a classe trabalhadora continuava a aprender com o próprio trabalho, agindo sobre e transformando a realidade, enquanto que a classe dominante passou a ter uma educação diferenciada, institucionalizada. Neste ponto de discussão, cabe retomar a comprovação de Saviani (1994) ao constatar as formas de ocupação do ócio através dos estudos pelas classes que não necessitavam trabalhar para suprir suas necessidades. “A forma como a classe proprietária ocupava o seu ócio é que constituía seu tipo específico de educação” (SAVIANI, 1994, p. 2). Em consonância, relata Ponce (1989, p. 25):

[...] Na sociedade primitiva, a colaboração entre os homens se fundamentava na propriedade coletiva e nos laços de sangue; na sociedade que começou a se dividir em classes, a propriedade passou a ser privada e os vínculos de sangue retrocederam diante do novo vínculo que a escravidão inaugurou: *o que impunha o poder do homem sobre o homem*. Desde esse momento, os fins da educação deixaram de estar implícitos na estrutura total da comunidade.

Enquanto que a educação em sentido *lato* é um complexo universal que comparece na totalidade social e se dá de forma espontânea, a educação em sentido *estrito* surge no momento em que a sociedade é dividida em classes, passando a atender não interesses universais, mas interesses particulares, ou seja, passa a servir a uma classe social e aos seus interesses. É evidente, portanto, que essa educação serve aos donos do poder, garantindo, pois, a sua perpetuação e a sua supremacia perante as classes subalternas. Vale salientar que a educação em sentido *estrito*, que surge como uma diferenciação no interior da educação em sentido *lato*, não substitui esta. Como nos esclarece Lima e Jimenez (2011, p. 14-5) *o que se estabelece efetivamente é uma relação de mútua influência entre ambas*, na qual, continua as autoras:

a diferença fundamental entre educação em sentido *lato* e educação em sentido *estrito* consiste no caráter universal da primeira e na dependência da divisão de classes da segunda. Por outro lado, em sentido *lato*, a educação é reproduzida espontaneamente e não

pressupõe a divisão de classe; já em sentido *estrito*, sua reprodução é influenciada pelos antagonismos de classes.

Seguindo na tentativa de historiar, ainda que de forma sintética, o contexto da evolução da educação, verificamos que Manacorda(2010), situa o início da educação escolar mais precisamente no Egito e ressalta a importância deste povo em relação ao legado de testemunhos sobre todos os aspectos da civilização, principalmente sobre a educação. Temos, no Egito, um fato que seria recorrente no desenrolar da História: a formação espiritual oferecida àqueles que não trabalhavam efetivamente, que tinham o privilégio de possuir tempo ocioso. Aos trabalhadores braçais, que compreendiam quase que a totalidade daquele povo, restava apenas a oportunidade de aprender, através do trabalho manual e imediatamente produtivo, as habilidades do ofício já que, considerados inferiores, lhes era negado o acesso aos conhecimentos científicos acumulados por esta civilização.

Se, nos primórdios da humanidade, conforme já expomos, o direito de alguns ao ócio dividiu a educação em *estrita* e *lato*, condenando os filhos dos trabalhadores a uma educação sem qualquer significado prático, afastada dos conhecimentos teórico-práticos e científicos, agora, nos marcos da sociedade capitalista, a educação formal, após uma pseudo-ampliação, se bifurca mais uma vez entre a educação propedêutica e a educação profissionalizante. Interessa notar que ambas apresentam limites e prejuízos à formação humana e, embora a educação propedêutica ofereça um leque maior de oportunidades e possibilidades, está muito aquém da formação omnilateral por nós defendida.

Observamos que houve uma hipertrofia da educação escolar, pois se espera que a escola absorva tudo aquilo que é educativo, até mesmo atos que antes se processavam dentro da família. Este alargamento acontece levando para a escola responsabilidades com higiene pessoal, cuidados com alimentação, dentre tantas outras atribuições das quais a escola tem sido enxertada. Apropriando-nos da análise de Saviani (1994; 2012), entendemos que, ao passo que a escola é hipertrofiada também passa por um processo de tornar-se secundária, graças aos múltiplos debates que defendem que a escola é apenas uma dentre as muitas formas de educar, e que não é a principal. O referido autor aduz que, ao mesmo tempo em que a escola é desvalorizada e perde substância, ela é alargada,

passando a cuidar de tudo e se ocupando de uma série de atividades que descaracterizam sua verdadeira função.

Por fim, ao constatar que o trabalho, ao longo da história, tem orientado a organização educacional na sociedade de classes, afirmamos o caráter dualista assumido pela escola, que consolida ideais burgueses através da negação do conhecimento acumulado pela humanidade – e por isso pertencente a toda ela e não apenas a uma elite cultural. Abandonando a aparência superficial da educação oferecida “para todos”, e procurando indagar quais classes estão de fato representadas pelo ensino que visa exclusivamente preparar mão-de-obra qualificada temos o cerne de um sofisticado mecanismo de dominação e manutenção da sociedade classista, que expropria os filhos dos trabalhadores a terem acesso ao melhor e mais erudito que o gênero humano já produziu.

### **Algumas considerações**

A partir da comprovação da premissa de que a educação é uma atividade própria dos seres humanos e, ao mesmo tempo, uma exigência para a continuidade da existência dos homens, o objeto da educação diz respeito ao desenvolvimento dos elementos materiais e culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se humanizem. A sociedade capitalista, entretanto, tem sonogado aos filhos dos trabalhadores o direito ao conhecimento acumulado, ao melhor já produzido pela humanidade, articulando a transmissão do conhecimento às necessidades do grande capital.

Este complexo social tem sido reconfigurado, passando a ser articulado às novas demandas do capital. Nesse sentido, a escola é convocada a se organizar para atender a uma instrução meramente mercantilista e imediata, alinhada às necessidades burguesas, onde passa a ter uma dupla função: ao mesmo tempo em que forma seus líderes, adentra o trabalhador para o mercado reprodutor do capital.

Tendo como função principal transmitir os conhecimentos produzidos pela humanidade, diante do cenário que vai se desenhando, contraditoriamente a educação nega esse conhecimento, ou o reduz a mera instrumentalização de técnicas necessárias ao

mercado, entregue aos filhos dos trabalhadores em forma de uma educação de qualidade pendular. Nossos esforços se concentram, pois, em mostrar que é direito de todos terem acesso a esse conhecimento, uma vez que somente ele permitirá a compreensão da realidade na sua totalidade, bem como a instrumentalização do trabalhador, no sentido de produzir as condições subjetivas necessárias para transformar a realidade, reconfigurando as relações de trabalho, bem como as relações sociais.

Diante dessa nova reconfiguração do capital, a educação aparece como um dos seus principais campos de atuação, encontrando nela o espaço ideal para a disseminação das suas ideologias e a reprodução das suas relações. Isso se torna possível, por que a burguesia, sendo proprietária dos meios de produção, também se torna proprietária do conhecimento produzindo, podendo moldá-lo às suas necessidades.

## Referências

ANTUNES,R. **A crise do capital na atualidade**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0101200909.htm>>. Acesso em dezembro de 2013.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Luta de Classes na “sociedade do conhecimento”**. Disponível em: <[http://sergiolessa.com/CapLivros08\\_09/trablutaaclass\\_2008.pdf.pdf](http://sergiolessa.com/CapLivros08_09/trablutaaclass_2008.pdf.pdf)>. Acesso em: Setembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijui, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mundo dos homens**. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Ontologia de Lukács**. Alagoas Ed. Edufal, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Serviço Social e Sociedade, v. 52, pp. 7-23, Ed. Cortez, S. Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LIMA, Marteana Ferreira; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **O complexo da educação em Lukács:** uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social. In: *Educ. rev.* [online]. 2011, v. 27, n. 2, pp. 73-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v27n2/a05v27n2.pdf>. Acesso em: 27/10/2012.

LUKÁCS, Georg. **Il lavoro.** In: **Per una Ontologia dell'essere sociale.** Roma: Riuniti, 1981a, p. 11-131. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet, 145p.).

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Lisboa, Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)

\_\_\_\_\_. **A Origem do Capital.** São Paulo: Centauro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Trad. Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do Capital.** Disponível em: [http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4\\_02.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf). Acesso em agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PANIAGO, C. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital.** Maceió: EDUFAL, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea.** Disponível em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/2028/2717>. Acesso em Agosto de 2013.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho)

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Coleção Educação Contemporânea.

SAVIANI, Dermeval. *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias.*In: FERRETI, Celso João et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.**Petrópolis: Vozes,1994.

\_\_\_\_\_.**Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.**11.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.